

A TEORIA GRAMSCIANA E A PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS

GRAMSCIAN THEORY AND RESEARCH IN EDUCATIONAL POLICIES

TEORÍA GRAMSCIAN E INVESTIGACIÓN EN POLÍTICAS EDUCATIVAS

Kelly Leticia da Sakata¹

RESUMO: O presente texto objetiva discutir o uso da teoria gramsciana nas pesquisas em Políticas Educacionais. Para tanto, parte-se da experiência do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão da Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) no período de 2019 a 2021. O manuscrito inicia com reflexões sobre os aspectos teóricos e metodológicos no que tange as pesquisas em políticas educacionais. Na sequência, tece apontamentos sobre a especificidade da teoria gramsciana neste contexto, indicando as principais categorias utilizadas no âmbito do grupo de pesquisa supracitado. Para além, ressalta as dificuldades no uso das categorias gramscianas no campo das pesquisas em políticas educacionais e a necessidade de aprofundamento teórico para que se mantenha a perspectiva de base revolucionária.

Palavras-chave: Pesquisa em Políticas Educacionais, Teoria Gramsciana, Grupo de Pesquisa.

ABSTRACT: This text aims to discuss the use of Gramscian theory in research on Educational Policies. Therefore, it starts from the experience of the State Research Group, Policies and Management of Education of the Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) in the period from 2019 to 2021. The manuscript begins with reflections on the theoretical and methodological aspects regarding research on educational policies. Subsequently, it makes notes on the specificity of Gramscian theory in this context, indicating the main categories used in the scope of the aforementioned research group. Furthermore, it highlights the difficulties in the use of Gramscian categories in the field of research in educational policies and the need for theoretical deepening in order to maintain the revolutionary perspective.

Keywords: Research in Educational Policies, Gramscian Theory, Research Group.

RESUMEN: Este texto tiene como objetivo discutir el uso de la teoría Gramsciana en la investigación sobre Políticas Educativas. Para eso, parte de la experiencia del Grupo de

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Endereço eletrônico: kelly.l.sakata@hotmail.com

Investigación Estatal, Políticas y Gestión de la Educación de la Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) en el período de 2019 a 2021. El manuscrito comienza con reflexiones sobre los aspectos teóricos y metodológicos en torno a investigación sobre políticas educativas. Posteriormente, hace apuntes sobre la especificidad de la teoría Gramsciana en este contexto, señalando las principales categorías utilizadas en el ámbito del mencionado grupo de investigación. Además, destaca las dificultades en el uso de las categorías gramscianas en el campo de la investigación en políticas educativas y la necesidad de profundización teórica para mantener la perspectiva revolucionaria.

Palabras clave: Investigación en Políticas Educativas, Teoría Gramsciana, Grupo de Investigación.

INTRODUÇÃO

Criado em 2013, o Grupo de pesquisa Estado, Políticas e Gestão da Educação (GPEPGE)² da Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro) – campus Irati – possui como objetivo central a produção de estudos e pesquisas sobre as transformações sociais, econômicas e políticas e seus reflexos no campo educacional, bem como, o perfil e papel do Estado frente as políticas educacionais. O GPEPGE reúne o total de 13 integrantes, sendo dois professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-Unicentro), 03 professores da Unicentro, 06 alunos da pós graduação e dois alunos da graduação.

As seguintes temáticas são contempladas nas pesquisas do grupo: formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais (educação básica e superior); políticas para o ensino superior; política de formação de professores e a qualidade da educação básica; política educacional em Gramsci; gestão de sistemas de ensino e instituições educativas; democracia, participação e papel dos diretores nas instituições educativas; e, processo de privatização da educação. O referencial teórico para análise das pesquisas se concentra nas obras de Antonio Gramsci e de Pierre Bourdieu.

No período de 2019 a 2021 houve as seguintes publicações:

² Disponível em: <https://www2.unicentro.br/gepoge/>.

TABELA 01: TOTAL DE PUBLICAÇÕES DO GPEPGE 2019-2021

PUBLICAÇÕES	2019	2020	2021	TOTAL
Capítulos de livro	08	03	02	13
Artigos	19	10	06	35
Dissertações	02	05	02	09
TOTAL	29	18	10	57

Fonte: Organizado pela autora. (GRUPO DE PESQUISA ESTADO, POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO, 2022).

Observa-se que de 2019 a 2021 a quantidade de publicações referente à capítulos de livro e artigos vêm diminuindo, deste fato, tem-se por hipótese o contexto histórico político atual de caráter reacionário³. Neste contexto, houve a saída de 05 integrantes do grupo e a diminuição da participação, tendo como justificativa o falecimento de parentes, perda de empregos e dificuldades financeiras. Importante pontuar, apesar de não ser o foco da presente discussão, o quanto, no momento histórico atual, estagnou e regrediu o desenvolvimento das pesquisas no Brasil. Constatamos que este fato ocorre para além do campo político amplo⁴ e da retirada de financiamento direcionado às pesquisas científicas.

Para além das publicações, o GPEPG possui outras frentes de atuação, como: oficinas aos acadêmicos da Unicentro; Mesas redondas; Participação de professores convidados⁵; e, duas pesquisas em andamento intituladas “Referenciais teóricos para pesquisa em políticas educacionais: Gramsci e Bourdieu” e “Políticas Curriculares e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): um estudo sobre a produção acadêmica” (em parceria com o Observatório do Ensino Médio (UFPR)).

Desta feita, a partir do processo de produção de conhecimento realizado pelo GPEPGE no período de 2019 a 2021⁶, o presente texto objetiva refletir sobre o uso da

³ Este quadro iniciou-se pelo golpe de 2016, com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, passando pela posse de Michel Temer, agravando-se com a entrada de Jair Bolsonaro e com o contexto pandêmico decorrente da disseminação do vírus de Covid-19 (severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 - Sars-CoV-2) e “pós-pandêmico”.

⁴ Como exemplo a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), pelo Decreto 9.465, de 2 de janeiro de 2019, a desvinculação do Comitê Nacional de EDH do MEC e absorção pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em que retiram, a EDH da agenda política nacional da educação.

⁵ Em 2021 houve a participação dos professores: Doutor Jefferson Mainardes (PPGE – UEPG), Doutor Névio Campos (PPGE - UEPG) e Doutora Anita Schlesener (PPGE – UTP).

⁶ A escolha desse recorte temporal é devido a melhor sistematização de dados no período, o qual foi elaborado a partir de relatórios de pesquisa.

teoria gramsciana no desenvolvimento das pesquisas em Políticas Educacionais. Para atingir este intento, na próxima seção há reflexões acerca dos aspectos teóricos e metodológicos que se circunscrevem no campo das pesquisas, em que pontua-se as especificidades no âmbito das pesquisas em políticas educacionais.

Na sequência, o texto discute e tece apontamentos sobre a especificidade da teoria gramsciana, ressaltando as principais categorias utilizadas no âmbito do grupo de pesquisa supracitado e as dificuldades elencadas na sua utilização. Nas considerações finais pontua-se as contribuições dos escritos de Antonio Gramsci para a análise das pesquisas em políticas educacionais.

ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DAS PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O trabalho de investigação não pode deixar de ser complexo e delicado: requer muita fineza e sobriedade intelectual. Porque é muito fácil se deixar levar pelas semelhanças exteriores e não ver as semelhanças ocultas e os nexos necessários, mas camuflados.
Antonio Gramsci (2007, p. 33).

A ciência emerge na modernidade, século XVI, indicando uma ruptura com o modo de se pensar atrelado a metafísica, sua estrutura relacionou-se de imediato com a fenomenologia do mundo natural. Entende-se, assim, a ciência “como todo e qualquer conhecimento produzido sistematicamente através de um método previamente definido, apoiado em técnicas de investigação que proporcione o conhecimento acerca de um determinado objeto de estudo” (GOMES, 2001, p. 2).

Neste período, a pesquisa apoiou-se em fundamentos epistemológicos, metodologias sistemáticas e procedimentos técnicos, os quais davam sustentação argumentativa para “comprovar” as teses defendidas. Nesta linha, compreendeu-se que “para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento” (GIL, 2008, p. 27).

Neste interim, a ciência pretendia ser um saber monolítico realizado por meio de um único método. No entanto, com o advento das Ciências Humanas, séculos XVII a XIX, houve a necessidade de ruptura com esta unicidade metodológica devido a complexidade do contexto “humano”, em que abre a possibilidade de múltiplos olhares epistemológicos e caminhos metodológicos (SEVERINO, 2013). As ciências *do homem* representaram “uma oportunidade de incluir no campo do conhecimento científico, um conjunto de fenômenos (sociais, culturais, etnológicos, psicológicos), fundamentais para a compreensão dos processos sociais e da organização da nova sociedade que violentamente emerge” (GOMES, 2001, p. 4). Neste contexto, emerge uma diversidade de métodos, os quais podem atrelar-se às bases lógicas da investigação científica ou aos procedimentos técnicos.

Em relação aos métodos, convém mencionar que existem várias formas e denominações para sua classificação, como dialéticos, positivistas/funcionalistas, estruturalistas, fenomenológicos, interativos, idealistas, culturalistas e pragmatismos (GOHN, 2005, p. 11). Contudo, cada um deles vincula-se a uma das correntes filosóficas que se propõem a explicar como se processa o conhecimento da realidade. O método dialético, por exemplo relaciona-se ao materialismo dialético e o fenomenológico, naturalmente, à fenomenologia (GIL, 2008,).

Importante mencionar que a escolha do método depende de alguns fatores, como recursos, possibilidades atreladas ao estudo do objeto e, sobretudo, da visão de mundo do pesquisador, em outras palavras, da sua perspectiva filosófica/teórica/política da realidade. Entende-se que “o ato de pesquisar é um ato político, sendo impossível estabelecer uma separação nítida e asséptica entre o pesquisador e o objeto pesquisado” (GOMES, 2001, p. 9). Neste sentido, cada modalidade de conhecimento (epistemologia) “pressupõe um tipo de relação entre sujeito e objeto e, dependentemente dessa relação, temos conclusões diferentes” (SEVERINO, 2017, p. 84).

As teorias utilizadas no âmbito das pesquisas, podem ser entendidas como teorias *de médio alcance*, são as que possuem um papel limitado em sua utilização no campo, ou as que de tal forma elaboradas que acabam constituindo-se como *quadros de referência*. Alguns desses “‘quadros de referência’ ou ‘grandes teorias’ chegam mesmo a ser

designados como métodos. É o caso do funcionalismo, do estruturalismo, da ‘compreensão’, do materialismo histórico, da etnometodologia e do social-construtivismo” (GIL, 2008, p. 37).

Desta forma, torna-se essencial, no desenvolvimento das pesquisas, coerência e consistência no anúncio que o pesquisador faz sobre o método utilizado e seu uso no decorrer do estudo. Ressalta-se que neste desenvolvimento os autores precisam explicitar seus posicionamentos epistemológicos, refletindo e buscando aprofundamento teórico para sustentar análises de forma coerente. Esta coerência se dá pelo anúncio da perspectiva epistemológica, pelo posicionamento do autor identificado na exposição do estudo e pela metodologia adotada (TELLO; MAINARDES, 2015; MAINARDES, 2017).

Adentrando a discussão para o âmbito educacional, “a pesquisa em educação começou a consolidar-se no Brasil como um campo de estudo a partir na década de 40, século XX, aproximadamente, com a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP” (KRAWCZYK, 2012, p. 03). Nesta direção, considera-se a pesquisa como um ato pedagógico de aprendizagem que ocorre na relação entre os sujeitos envolvidos. Ela gera conteúdos os quais avançam em saberes e conhecimentos. “A pesquisa envolve, portanto, aprendizagens e saberes tanto na forma (com suas práticas) quanto no conteúdo (teorias e explicações elaboradas)” (GOHN, 2005, p. 13).

No campo das pesquisas em Políticas Educacionais, uma característica é a extrema fragmentação da produção da área. Para além, segundo uma pesquisa realizada a partir da análise de 140 artigos publicados entre 2010 a 2012, em sete periódicos brasileiros (MAINARDES, 2017; 2018), há a utilização quase hegemônica da teoria combinada. Ela consiste, especialmente, na utilização de ideias ou conceitos de mais de um autor ou de mais de uma teoria. “A forte presença da estratégia da teorização combinada indica que a perspectiva epistemológica pluralista tem sido bastante empregada nas pesquisas do campo da política educacional” (MAINARDES, 2018, p. 12).

No entanto, identifica-se a utilização recorrente no campo das pesquisas em Políticas Educacionais de outras perspectivas teóricas, como: Materialismo histórico e

dialético; Teorização adicionada; Enfoque Neoinstitucional; Enfoque histórico-sociológico; Teoria de Bourdieu; Enfoque histórico-filosófico; Enfoque jurídico-institucional; Teoria de Foucault; Enfoque funcionalista; Enfoque culturalista; Teoria das representações sociais; Teoria crítica; Análise crítica do discurso; Teoria do discurso (Laclau e Mouffe) (MAINARDES, 2017; 2018). Apesar desta multiplicidade de perspectivas, importante ressaltar que

[...] há valores hegemônicos que podem ser partilhados pelos pesquisadores, tais como: a defesa da democracia, da democratização real, do direito de todos à educação, da justiça social, da igualdade, da necessidade de mudanças no contexto econômico e social mais amplo (e não apenas do setor da educação), da luta em favor de uma educação não racista, não seletiva, não sexista, entre outros importantes valores (MAINARDES, 2018, p. 13).

Para além dessas características que perpassam os valores do campo, identifica-se diversos objetos de estudo analisados no âmbito da Política Educacional: Linha teórica (Estado, neoliberalismo, governança, fundamentos epistemológicos e metodológicos); Relação entre o público e privado; Avaliação (micro e macro educacional); Implementação; Legislação educacional; Direito educacional; Financiamento; Políticas curriculares; Gestão educacional e escolar; Políticas relacionadas ao trabalho e valorização docente (formação; plano de carreira); políticas específicas (relacionadas as etapas ou modalidades); Agenda política; Reformas educacionais; Planejamento; entre outras.

Apesar desta identificação teórica, metodológica e dos objetos pesquisados no campo das Políticas Educacionais, identifica-se que uma das dificuldades encontradas no desenvolvimento das pesquisas é construir de forma analítica tanto os processos sociais quanto os educacionais estabelecendo diálogo com a teoria e com a produção científica nacional e internacional de forma coerente e coesa. Outra dificuldade consiste na necessidade de uma “formação sólida” e “domínio das técnicas”, possibilitando criar conhecimentos universais para análises gerais (KRAWCZYK, 2012).

Assim, esta discussão inicial sobre os aspectos teóricos e metodológicos que se inserem nas pesquisas em Políticas Educacionais visou a localização da teoria gramsciana neste contexto. Na próxima seção, refletir-se-á de forma mais aprofundada esta teoria no âmbito das pesquisas em políticas educacionais.

A ESPECIFICIDADE DA TEORIA GRAMSCIANA

Para iniciar a discussão da presente seção, importante localizar alguns conceitos e princípios que perpassam a teoria gramsciana. A educação é compreendida como ação voltada a instrumentalização humanística cultural e emancipação do grupo subalterno para transformação da sociabilidade vigente (GRAMSCI, 2001). Desta forma, a produção científica possui como finalidade ampliar o movimento contra hegemônico por meio de resultados e dados que tragam luz à conjuntura da política educacional.

Nesta linha, entende-se que a sociedade está permeada por relações de forças em que disputam projetos societários e, conseqüentemente, de educação distintos (JESSOP, 1991; DIAS, 2006; PERONI; LIMA, 2020; SAKATA, 2018). Para além disso, a experiência

[...] histórica demonstra que, tendo sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais respondem, os projetos societários constituem estruturas flexíveis e cambiantes: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas (NETTO, 1999, p. 3).

Quando os projetos societários se tornam hegemônicos, numa dada conjuntura histórica, são tipicamente orientados para questões amplas e fundamentadas não só nas relações econômicas, mas também no domínio da sociedade civil e política. Os projetos societários hegemônicos são o resultado do equilíbrio entre todas as forças sociais relevantes, independentemente de estas poderem ser organizadas (JESSOP, 1991). Deste modo, a política, sob esta perspectiva, “é fundamentalmente o embate de projetos hegemônicos. A educação, a saúde, os direitos sociais, todas as formas de intervenção das classes sociais são perpassados por este embate” (DIAS, 2006, p. 111).

Neste sentido, as políticas educacionais perpassam pela disputa sobre o conteúdo das propostas e do fundo público. No entanto, nesta disputa há hegemonia dos grupos privados (dominantes) nos embates realizados tanto nos níveis locais, quanto nos nacionais e internacionais. Este contexto é decorrente, entre outros motivos, pelos avanços neoliberais e conservadores. Importante mencionar que ao desenvolver as pesquisas sob a perspectiva gramsciana parte-se deste contexto, em que as categorias e

conceitos utilizados para análise emergem no próprio movimento da pesquisa, pois sob esta perspectiva, busca-se a superação do senso comum para o conhecimento científico.

O trabalho sob a perspectiva dialética indica que “o ponto de partida deve ser sempre o senso comum, que é espontaneamente a filosofia das multidões, as quais se trata de tornar ideologicamente homogêneas” (GRAMSCI, 2001, p. 116). Esse senso comum não é concebido de forma única em um determinado período histórico “[...] seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, conforme à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia” (GRAMSCI, 2001, p. 114). Desta forma,

[...] a dialética materialista demonstra como o sujeito concretamente histórico cria, a partir do próprio fundamento materialmente econômico, idéias correspondentes e todo um conjunto de formas de consciência. Não reduz a consciência às condições dadas; concentra a atenção no processo ao longo do qual o sujeito concreto produz e reproduz a realidade social; e ele próprio, ao mesmo tempo, é nela produzido e reproduzido (KOSIK, 1976, p. 124).

Sob este ponto de vista, a teoria gramsciana comumente é utilizada como objeto nas pesquisas em Política Educacional (JACOMINI, 2020; FLACH, 2020; SAKATA; LIMA, 2018; ALMEIDA; SILVA, 2015), possuindo categorias que se tornaram ferramentas metodológicas de pesquisa a partir de um conjunto de estudos relevantes (BUCCI-GLUCKSMANN, 1980; DREIFUSS, 1987; BIANCHI, 2008; FONTES, 2010, entre outros).

As categorias na teoria gramsciana não são desenvolvidas de forma isolada, elas podem “parecer” isoladas nos momentos de análise, porém estão interligadas formando um todo orgânico. Para o desenvolvimento do constructo teórico das pesquisas e ações desenvolvidas no GPPEGE há a clareza de utilizar autores que se alinham à perspectiva epistemológica materialista histórica-dialética, como princípio de coerência epistemológica.

Dentre as categorias elencadas para o estudo do grupo estão: Estado Integral, Sociedade Civil e Intelectuais orgânicos. A categoria Estado Integral perpassa por discussões, dialogando principalmente com Sociedade Civil, Coerção e Consenso. A concepção de Estado Integral em Gramsci baseia-se na indissociabilidade entre Sociedade política e Sociedade civil.

Esta última é a esfera da atividade política por excelência, “[...] enquanto lugar em que aparecem em cena as organizações assim denominadas privadas (sindicatos, partidos, organizações de todo tipo), que têm como objetivo a transformação do modo de pensar dos homens” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 733). Os grupos, no ceio da sociedade civil, agem pela conquista dirigente e hegemônica no campo ideológico, especialmente, por meio de consensos; realizada tanto pelo viés dos grupos subalternos quanto do grupo dominante. Estado *stricto sensu*, ou sociedade política, também é entendida para além de aparelhos governamentais repressivos de coerção. Nesta linha, importante sinalizar que tanto sociedade civil quanto Estado *stricto sensu* são perpassados por coerção e consenso.

Nesta direção, com as relações políticas modernas e com o entendimento dos grupos dominantes sobre a organização Estatal, demandou algo mais que a coerção ou a ditadura para se manter enquanto dirigente. Neste contexto, a hegemonia necessita do consenso entre governantes e governados para além da coerção. Sob esta perspectiva estas categorias coerção e consenso emergem tanto na sociedade civil quanto na sociedade política de forma articulada e dialética para o desenvolvimento da hegemonia do grupo dirigente.

Sendo assim, o Estado é uma expressão orgânica da relação entre sociedade civil e sociedade política. Nesta linha, “não se trata de uma junção das organizações da sociedade política com as da sociedade civil, mas de uma relação dialética entre elas, permeada por contradições e disputas” (JACOMINI, 2020, p. 12). Entende-se que o Estado é apresentado sob duas formas distintas à sociedade, como sociedade civil e como sociedade política, esta última para Gramsci (2016, p. 283) na linguagem comum “é a forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado e que vulgarmente é entendida como todo o Estado”. Nesta perspectiva

[...] sociedade civil e sociedade política são distinções analíticas do conceito de Estado. Do conceito de Estado integral. Estado que organiza, representa, vigia e pune. A sociedade civil não é, portanto, uma instância do real. Ela é uma das formas da natureza estatal. A acentuação da forma “privada” dessas instituições, do seu caráter de regulação não nega (nem o poderia) o seu caráter estatal, nem o seu caráter classista, como querem os liberais (DIAS, 1996, p. 113).

No ceio da sociedade civil há o desenvolvimento de organizações sociais de grupos dirigentes e subordinados, os quais possuem estruturas próprias. Tais organizações, a depender de sua base liberal ou revolucionária, podem possibilitar ou dificultar mudanças no status quo, ou seja, é o lugar por excelência em que existe o embate pela hegemonia (SAKATA, 2018). Esta perspectiva indica que o Estado utiliza estratégias e “um aprimoramento que ultrapassa os limites da coerção. Esta estratégia encontra-se na dominação pelo convencimento da classe trabalhadora, pela classe dominante, de que o capitalismo é a forma mais indicada de sociabilidade” (SAKATA; LIMA, 2018, p. 8). Significa dizer que na perspectiva liberal a questão de fundo para o entendimento do Estado apenas como aparelho governamental é a perpetuação do modo de produção capitalista, pois não problematiza o papel da sociedade civil neste contexto. Sendo assim, a concepção de Estado integral permite a clareza sobre a atuação e relação dos agentes públicos e privados no campo das políticas públicas educacionais.

A teoria gramsciana proporciona o entendimento das duas faces do Estado (Sociedade Civil e Sociedade Política) a executarem, simultânea e intercambiadamente, funções de consenso e coerção. Na prática, há uma “balança de equilíbrio” em relação dialética (SAKATA; MELO, 2021, p. 09). Neste contexto, os agentes privados desenvolvem o papel de Intelectuais coletivos, na disseminação de valores/moral/visão de mundo, ou seja, possuem projeto societário específico e lutam assim pela hegemonia.

Para Gramsci (2000), devido aos vários processos históricos e culturais, emergiram dois tipos de intelectuais, os orgânicos e os tradicionais. Os intelectuais orgânicos, categoria na qual situa-se os intelectuais coletivos, não são somente aqueles que possuem como função a intelectualidade (literatas, cientistas, professores). Nesta linha, todos podem se constituir como intelectuais orgânicos, desde que sejam o elemento pensante e organizador de uma classe social rumo à construção de sua hegemonia. Portanto, eles devem ser entendidos como “[...] ‘funcionários’ da sociedade civil e articuladores da direção cultural (hegemonia)” (NOSELLA, 2004, p. 141). No entanto, nem todas as pessoas ou grupos e organizações possuem a função de intelectuais. Sendo assim,

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. (GRAMSCI, 2000, p. 15).

Os agentes privados, a partir de sua função como Intelectuais coletivos, quando atuam no âmbito educacional propõem ações convergentes com seus projetos societários. Sendo assim, importante localizar o projeto educacional aqui defendido. Ele parte do entendimento do Trabalho como princípio-educativo, o qual está localizado num projeto que conduza os grupos subalternos a consciência de sua condição no mundo para uma concepção superior de vida, assim capaz de “forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (GRAMSCI, 2001, p. 103).

O Trabalho como princípio-educativo gramsciano parte da perspectiva marxista de trabalho e avança como significado de uma atividade *teórico-prática*, tendo a escola humanista, de cultura geral, como referência. Ou seja, o princípio educativo é introduzido e identificado pelo trabalho. A atividade teórico prática neste contexto,

[...] fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo, para a compreensão do movimento e do devir, para a avaliação da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro (GRAMSCI, 2000, p. 43).

Este projeto educativo só terá concretude se “a relação dialética intelectuais-massa for uma relação de tradução de instâncias teóricas de emancipação através da práxis política” (LIGUORI, VOZA, 2017, p. 234). Nesta linha, emerge a defesa da escola unitária, a qual considere tanto as capacidades individuais quanto os interesses coletivos imediatos. Para além, considere a permanência de todos os educandos por meio de financiamento público apropriado, um currículo que vislumbre aspectos da cultura local e geral, formação continuada aos professores de modo que atenda as especificidades da comunidade e que esta possa debater junto aos profissionais sobre a realidade local e seu futuro no contexto da humanidade (FLACH, SCHLESENER, 2018).

A partir destes apontamentos, indica-se que para a compreensão da realidade social complexa posta no século XXI, em suas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais o método indicado não parte do determinismo da esfera econômica. “Isto porque o programa marxiano é formulado exatamente como a emancipação da ação humana do poder das implacáveis determinações econômicas” (MÉSZÁROS, 2011, p. 1009).

Em relação as esferas econômica, política e social em que as pesquisas estão localizada, entende-se que

[...] um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas (MARX; ENGELS, 2007, p. 34).

Deste modo, parte-se da conexão a partir da materialidade das ações políticas, econômicas e sociais localizadas historicamente. Almeja-se ir além de “explicar a política em si, tomando-a, em sua lógica interna, autojustificadora, porque não é possível compreendê-la isolada da materialidade, da correlação de forças que a produziu (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019, p. 84).

Destaca-se que uma análise realizada “por fora da história, a situação sem sujeito, constitui não só uma configuração petrificada e mistificada, mas ao mesmo tempo uma configuração destituída de sentido objetivo” (KOSIK, 1976, p. 134). Houve, deste modo, o esforço teórico prático em ultrapassar análises estreitas atreladas somente a esfera econômica ou a descrições neutras para interpretar a realidade a qual perpassa o objeto pesquisado.

Sendo assim, a partir da utilização deste escopo teórico, ao desenvolver as pesquisas no GPPEGE, identifica-se como fragilidade: dificuldades de apropriação teórica condizente com uma perspectiva revolucionária; a seleção de autores que possuam o mesmo viés (entendimento) no interior da teoria; e, necessidade de aprofundamento teórico (haja vista que a graduação não comporta este aprofundamento).

As dificuldade de apropriação teórica condizente com uma perspectiva revolucionária ocorre devido aos equívocos na utilização da teoria gramsciana pelas pesquisas em Políticas Educacionais,

Gramsci, em sua essência, era um revolucionário marxista, e seus escritos tinham, como propósito, a contestação e o enfrentamento em relação ao status quo. Seus escritos fomentavam a organização da classe trabalhadora para superação do capitalismo, para um novo tipo de sociabilidade. Contudo, algumas pesquisas utilizaram suas categorias por um viés liberal (SAKATA; LIMA, 2018, p. 06).

Esses equívocos se localizam, especialmente, pela dificuldade de tradução do italiano para o português e pela organização de sua obra, pois grande parte dela foi escrita durante o período em que Antonio Gramsci esteve no cárcere. Neste período o autor sardo por motivo de doença e pelas condições carcerárias de censuras, não escrevia de forma contínua. As obras deste período foram organizadas posteriormente à sua morte, em agrupamento temático, sendo a mais expressiva “Os cadernos do Cárcere”, que começou a ser escrita em 1929.

Os escritos de Antônio Gramsci, assim, (em especial os Cadernos do Cárcere), além de fragmentários em razão do processo de produção e censura, a partir de sua morte sofreram interpretação e organização para publicação, conforme interesses do PCI e de seu organizador, Palmiro Togliatti. A versão brasileira, principalmente as traduções de Carlos Nelson Coutinho, também foi reorganizada conforme interesses e objetivos de edição, sem privilegiar ordem cronológica ou temas tratados (SAKATA; LIMA, 2018). Importante destacar que, com o intuito reconstruir e levar aos estudiosos da teoria gramsciana as categorias de forma mais acessível, em 2017, Guido Liguori da Universidade da Calábria e Pasquale Voza da Universidade de Bari, organizaram O Dicionário Gramsciano.

Assim, tendo em vista essas dificuldades elencadas, o GPEPGE incluiu em suas ações para o ano de 2022 estudos sistematizados sobre a teoria gramsciana. Para além dos encontros de desenvolvimento das pesquisas em andamento que já ocorriam anteriormente. Este estudo ocorre de maneira síncrona e assíncrona com leituras de textos autorais e de intérpretes, seguido de sistematizações em relatórios e pautas de reuniões.

Observou-se que este movimento tem proporcionado um aprofundamento teórico, auxiliando em clareza epistemológica e melhor desenvolvimento das pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que a perspectiva gramsciana indica que a classe subalterna precisa se organizar e construir novos modos de ação e concepção de mundo próprios e críticos, desvinculados da filosofia burguesa. Eles são necessários e precisam estar comprometidos com a transformação social e o trabalho associado.

A partir das análises empreendidas no âmbito do GPEPGE pode-se realizar algumas reflexões da teoria com a prática nas pesquisas empreendidas no âmbito das políticas educacionais. A classe burguesa comumente desenvolve uma educação diferente para a classe subalterna e para a elite dominante. Para a classe subalterna há uma educação voltada ao trabalho assalariado; às elites, uma educação voltada para a direção de classe. Neste sentido, a educação propagada pelos agentes privados, voltada para o trabalho como sinônimo de qualidade, não é a mesma educação de qualidade oferecida para a classe dominante.

A qualidade educacional para o proletariado, segundo Gramsci ao analisar a conjuntura do âmbito escolar de seu tempo (GRAMSCI, 1976, p. 101), seria posta por

[...] uma escola desinteressada. Uma escola em que seja dada a criança a possibilidade de formar-se, de se tornar homem, de adquirir os princípios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Uma escola humanista, em suma, como a entendiam os antigos e os mais recentes homens do Renascimento. Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não obrigue a sua vontade, a sua inteligência e a sua consciência em formação a mover-se num sentido pré-estabelecido. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa e não uma escola de escravidão e mecânica.

Para Gramsci, uma escola de qualidade está para além de uma formação voltada para o trabalho assalariado e explorador; a qualidade consiste em uma escola desinteressada, em que haja uma formação humanista, que englobe o trabalho como ato fundante do ser social. Assim, para que o aluno não possua uma formação pré-determinada. Neste sentido, a escola de qualidade propagada pela classe burguesa seria uma escola a qual Gramsci denomina como interessada, em que a elite dominante educa

a classe subalterna para o trabalho assalariado, incutindo nela uma cultura burguesa de submissão.

Assim, superar o senso comum no seio social, que tem como base a filosofia burguesa, significa “[...] redirecionar a práxis política no sentido de propiciar às classes subalternas a libertação das formas de pensar homogeneizadas pelo pensamento liberal e o fortalecimento de seus projetos e ações na construção de uma contra-hegemonia” (SIMIONATTO, 2009, p. 45); em outras palavras, a construção de outra hegemonia, que supere a hegemonia capitalista burguesa. Gramsci (2001, p. 103, grifo do autor) indica que

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam.

Assim, nossos resultados no âmbito do grupo de pesquisa indicam a urgência da formação sob o prisma de outra hegemonia, pois acredita-se que os subalternos podem fomentar uma filosofia crítica e própria a partir da educação, formal e informal, pelo aprofundamento e estudo na área das políticas educacionais. Este movimento, conseqüentemente, trará consciência aos subalternos do movimento e funcionamento da sociedade capitalista e neoliberal. Nesta sociedade, a classe burguesa possui finalidades de dominação, pelo convencimento e pela força, e não de conciliação de classes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. de L. P. de; SILVA, S. R. da. A perspectiva epistemológica em Antonio Gramsci e a pesquisa de políticas educacionais. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 27–41, 2015.

BIANCHI, Á. **O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

- DIAS, E. F. **Política brasileira: Embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.
- DIAS, E. **O Outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.
- EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Subsídios Teórico-Metodológicos para o Trabalho com Documentos de Política Educacional: Contribuições do Marxismo. In: CÊA, G.; RUMMERT, S. M.; GONÇALVES, L. (Orgs.). **Trabalho e educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande do Sul. Ed. da FURG, 2019.
- FLACH, S. F.; SCHLESENER, A. H. Educação desinteressada e a análise de políticas educacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 18, n. 3, p. 780–797, 2018.
- FLACH, S. O pensamento de Antonio Gramsci e as pesquisas sobre políticas educacionais. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 5, e2015219, p. 1-18, 2020.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2010.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, M. G. M. A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 253-274, jul./dez. 2005.
- GOMES, A. A. Considerações sobre a pesquisa científica; em busca de caminhos para a pesquisa científica. **Intermas**, Presidente Prudente, v.5, p. 61-81, nov. 2001.
- GRAMSCI, A. **Escritos políticos [1910-1920]**. v. 1. Lisboa: Seara Nova, 1976. Tradução Manuel Simões.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere Volume 1**. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere Volume 2**. Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere Volume 3**. Maquiavel Notas sobre o Estado e a Política. 7. ed. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere Volume 4**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JACOMINI, M. A. O conceito gramsciano de Estado Integral em pesquisas sobre políticas educacionais. **Educação Pesquisa**, São Paulo, v. 46, e 214645, 2020.

JESSOP, B. Accumulation Strategies, State Forms and Hegemonic Projects. In: Clarke S. (eds) **The State Debate. Capital e classe**. Palgrave Macmillan, Londres. 1991.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRAWCZYK, N. A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil. **Jornal de políticas educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 03-11, jul./dez. 2012.

LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAINARDES, J. A pesquisa sobre política educacional no Brasil: análise de aspectos teórico epistemológicos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, p. 1- 25, 2017.

MAINARDES, J. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação** v. 23 e230034, 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do serviço social, 1999. In: MOTA, A. E.; BRAVO et al. **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. 4. ed. 6. São Paulo: Cortez, 2018.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. 3.^a ed. São Paulo: Cortês, 2004.

PERONI, V. M.; LIMA P. V. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015344, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SAKATA, K. L. S. **Programa Gestão para a aprendizagem**: a atuação da Fundação Lemann nas políticas de formação em redes municipais de educação. 2018. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Estadual do

Centro-Oeste, Irati, 2018.

SAKATA, K. L. S.; LIMA, M. F. Pesquisa em Políticas Educacionais: apontamentos sobre Estado e Hegemonia em Gramsci. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 3, p. 1-13, 2018.

SAKATA, K. L. S.; MELO, D. A relação público-privado como objeto de pesquisa no campo da Política Educacional: teoria gramsciana em foco. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 6, e2118467, p. 1-15, 2021
Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe>. Acesso em: 20 ab. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SIMIONATTO, I. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem Gramsciana. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, junho de 2009.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/06.pdf>. Acesso em: 20 fev. de 2022.

SOUZA, A. R. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 75-89, jan./jun. 2016.

TELLO, C.; MAINARDES, J. Revistando o enfoque das epistemologias da política educacional. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, jan./jun. 2015.

Recebido em 1 de maio de 2022

Aceito em 15 de setembro de 2022

Editado em novembro de 2022